



V Encontro de Iniciação Científica e Tecnológica  
V EnICT  
ISSN: 2526-6772  
IFSP – Câmpus Araraquara  
22 e 23 de outubro de 2020



## EXISTEM DISCENTES NEGROS NOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO?

FRANCIELY FERREIRA CRUZ<sup>1</sup>, GISELLY BARROS RODRIGUES<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Estudante do ensino médio técnico em Edificações, Bolsista PIBIFSP, IFSP Campus Registro, franciely.c@aluno.ifsp.edu.br.

<sup>2</sup> Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Professora EBTT, IFSP Campus São Paulo, giselly.barros@ifsp.edu.br.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 6.04.01.00-1

**RESUMO:** As desigualdades étnico-raciais, além das sociais, culturais, educacionais e territoriais são um retrato da sociedade brasileira. Estas estão fortemente presentes no sistema de ensino de base até o superior, afetando principalmente os estudantes negros que em sua maioria são pobres. No início dos anos 2000 foram implantadas políticas públicas focadas nas ações afirmativas para auxiliar no ingresso dos estudantes negros na universidades públicas, essas políticas mostram-se eficientes já que houve aumento de discentes negros, porém nos cursos considerados de maior prestígio este aumento não foi tão expressivo. Foram analisados dados dos ingressantes e/ou candidatos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo – objeto de trabalho desta pesquisa – considerado um curso de maior prestígio, dos Institutos Federais do Brasil e da Universidade de São Paulo, concomitantemente foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o ingresso dos discentes negros nas universidades, políticas públicas de cotas sociais e raciais, além do desenvolvimento dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil com foco em produzir uma narrativa explicativa para elucidar porque ainda há falta de representatividade negra discente nos cursos, apesar das políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Negros na Arquitetura e Urbanismo; Curso de Arquitetura e Urbanismo; Discentes negros; Cursos de maior prestígio; Ações afirmativas.

### INTRODUÇÃO

O Brasil é o segundo país com o maior número de negros do mundo, no país cerca de 55,8% da população é declarada preta ou parda (IBGE, 2019). Apesar dos números, a equidade socioeconômica entre negros e brancos está longe de ser alcançada, as desigualdades sociais, étnico-raciais, culturais, educacionais e territoriais são um retrato da sociedade brasileira.

Segundo Queiroz (2004) e Vieira [em Silva e Silvério (2003)] a desigualdade está presente no sistema de ensino brasileiro, afetando principalmente os estudantes negros, causando uma disparidade entre negros e brancos. No meio acadêmico, apesar das ações afirmativas estarem presentes tentando combater a desigualdade e auxiliando os estudantes negros a ingressar no ensino superior, a representatividade ainda não é proporcional ao da população brasileira autodeclarada preta e parda. Para Artes e Ricoldi (2015) o número de negros nas universidades aumentou entre os anos de 2000 e 2010, mas é importante destacar os cursos que estão sendo frequentados por eles, já que “*Estudos indicam que as mulheres e os negros concentram-se em cursos de menor prestígio*” (p. 863). O foco dessa pesquisa é analisar o perfil étnico dos estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, considerado um curso de maior prestígio de acordo com Queiroz (2004).

A hipótese levantada é que os cursos de Arquitetura e Urbanismo propiciam a exclusão das classes sociais mais baixas, ou seja, são direcionado para as elites e por isso não há representatividade discente negra no curso. Segundo Gouvêa (1999) as faculdades de Arquitetura e Urbanismo, sejam elas públicas ou

privadas, têm os cursos quase que diretamente voltados para o atendimento de apenas 3% da população, as elites, além da própria área de Arquitetura e Urbanismo estar distante do entendimento da população mais pobre, ou seja, é considerada uma área elitista. Há outros aspectos como da alta carga horária do curso, estudos em período integral, materiais com preços elevados exigidos, além dos arquitetos e urbanistas – majoritariamente homens brancos europeus ou estadunidenses – que são estudados ao longo do curso, mas estes aspectos não fazem parte dessa pesquisa.

O objetivo desta pesquisa é investigar e criar novas hipóteses sobre as motivações para a falta de representatividade negra no meio discente nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, pesquisando através de documentação o acesso dos negros nas Universidades; as políticas públicas de cotas raciais implantadas no Brasil; o sistema educacional desigual considerando os aspectos sociais e raciais; os dados estatísticos que demonstram a evolução do acesso dos negros nas Universidades e, por fim, propondo narrativas que expliquem o porquê da falta de representatividade negra discente.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizada a revisão bibliográfica dos autores Artes e Ricoldi (2015), Guimarães (2003) e Gonçalves e Ambar (2015) para entender o acesso do negro nas Universidades. Os textos de Silva e Silvério (2003) e Queiroz (2004) mostrou-se fundamental para entender os diversos aspectos do acesso dos negros nas universidades, além das ações afirmativas. Também estudou-se a história e desenvolvimento do curso de Arquitetura e Urbanismo no Brasil com Gouvêa (1999), finalizando com Bourdieu (1998) que explica o capital cultural que vai além das questões educacionais para o acesso às universidades. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9.394 de 1996, a Lei Federal do Brasil nº10.639 de 2003 e a Lei de Cotas para o Ensino Superior nº12.711 de 2012 foram analisadas para o melhor entendimento das políticas públicas relacionadas ao acesso do negro no ensino superior - ações afirmativas - e o ensino das relações étnico-raciais.

Após entender e analisar como se deu a ampliação do acesso ao negro nas Universidades, pontuar a legislação federal identificando a sua contribuição e o desenvolvimento dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, foram levantados os dados estatísticos das plataformas Nilo Peçanha, Anuário Estatístico da USP e o 1º Diagnóstico de gênero na Arquitetura e Urbanismo levantado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). O foco deste levantamento foi analisar os números de negros na área de Arquitetura e Urbanismo e posteriormente foram articuladas narrativas relacionando os resultados da investigação compondo explicações sobre a baixa representatividade negra entre os discentes nos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa embasou-se em revisão bibliográfica e análise dos dados estatísticos levantados por Conselho de classe e órgãos responsáveis pelos levantamentos estatísticos dos discentes das Universidades públicas. Investigou-se o acesso do povo negro nas Universidades, em seguida foram analisadas as políticas públicas implementadas para a inserção do negro nas universidades com a Lei de Cotas número 12.711/2012 e a Lei federal nº10.639/03. Depois, o estudo da origem do curso de Arquitetura e Urbanismo e por fim o sistema educacional desigual. Após entender e analisar como se deu a ampliação do acesso ao negro nas Universidades, pontuar a legislação federal identificando a sua contribuição e o desenvolvimento dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil foram levantados dados estatísticos da plataforma Nilo Peçanha, Anuário estatístico da Universidade de São Paulo e do 1º Diagnóstico de gênero na Arquitetura e Urbanismo. Produzindo uma narrativa que, através de uma investigação da origem do curso e de uma crítica política e cultural, explique o porquê o curso de Arquitetura e Urbanismo pode ter menor representatividade negra entre os discentes, apesar das políticas públicas sociais e raciais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A desigualdade dentro do ensino dos negros está presente desde o ensino básico até o ensino superior, onde os brancos possuem vantagens e são privilegiados, além disso, as oportunidades de acesso ao ensino superior é uma seleção direta e indireta onde as classes sociais tem um grande peso (BOURDIEU,

1998). Segundo Rosenberg (1990, p. 103) *apud* Silva e Silvério (2003) “A população pobre frequenta a escola pobre, os negros pobres frequentam escolas ainda mais pobres (...) toda vez que o sistema de ensino propicia uma diferenciação de qualidade, nas piores soluções, encontramos uma maior proporção de alunos negros”. Para Artes e Ricoldi (2015) é evidente a desigualdade no acesso, desenvolvimento e conclusão nas diferentes etapas do ensino básico e do ensino superior, que se relacionam com a questão de cor dos discentes, isso causando uma inferioridade no conhecimento principalmente aos estudantes negros, que são marcados não só pela sua cor, mas por outras questões sociais como sexo, região de moradia, renda e faixa etária.

Queiroz (2004) afirma que antes da implementação das cotas o acesso dos negros nas universidades eram escassos e confirmavam as desigualdades entre os segmentos raciais no ensino superior. A pequena absorção dos estudantes negros no ensino superior é relacionada à falta de qualidade de ensino básico, que acarreta em uma preparação insuficiente para os vestibulares, que tem a finalidade de medirem a qualidade e quantidade de conhecimento dos estudantes, não tendo uma oportunidade diferente para que sejam avaliadas outras habilidades (GUIMARÃES, 2003).

Na visão de Munanga [em Silva e Silvério (2003)] se o ensino básico e fundamental da população negra fosse semelhante ao dos brancos - para competirem igualmente nos vestibulares - os alunos negros levariam 32 anos para chegar ao nível dos alunos brancos, considerando que o ensino dos alunos brancos se mantivesse estagnado. Por isso as ações afirmativas foram comprovadas como um rápido instrumento para a mudança necessária, tratando de um método diferenciado para compensar as desvantagens devidas à situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação, apesar de ainda não estar no patamar que deveria em alguns cursos, como foi identificado ao longo dessa pesquisa.

No início dos anos 2000 foi implantado o sistema de cotas raciais - por meio de políticas públicas - com a implantação da Lei de Cotas (12.711/2012), essa lei contempla ações afirmativas que vêm com o propósito de construir uma sociedade mais justa, reconhecendo culturalmente, politicamente e academicamente a diversidade presente na sociedade brasileira, tentando reduzir as desigualdades étnico-raciais (SILVA e SILVÉRIO, 2003). Artes e Ricoldi (2015) e Gonçalves e Ambar (2015) relatam que nos últimos 10 anos, a partir da execução de políticas das ações afirmativas, houve um expressivo aumento no número de negros no ensino superior, com essa melhoria o número de estudantes deixou de ser quatro brancos para um negro, e passou a ser dois estudantes brancos para um estudante negro.

Apesar da implantação de cotas raciais as desigualdades ainda permanecem nos espaços acadêmicos, Queiroz (2004) afirma que os brancos ocupam os cursos de maior prestígio enquanto os negros estão presentes em cursos menos prestigiados. Os estudantes de classes sociais elevadas possuem condições sociais muito mais avançadas e tendem a ter maiores chances e vantagens ao entrar em um curso de prestígio, ao contrário dos jovens das classes baixas – em sua maioria negros – que são direcionados para os cursos menos valorizados (BOURDIEU, 1998).

Os cursos considerados de maior prestígio são aqueles que têm maior destaque social e podem ter melhores remunerações financeiras, estes em sua maioria são mais disputados do que os considerados de menor prestígio. Segundo dados coletados do Anuário estáticos da USP (2020), o curso de Arquitetura e Urbanismo (período integral) teve 25,9 candidatos por vaga no último vestibular, enquanto Medicina (período integral) variou de 80 a 130 candidatos por vaga – ambos são considerados cursos de maior prestígio – por outro lado, cursos considerados de menor prestígio possuem uma disputa muito menor, Pedagogia (noturno) no último vestibular contemplava em torno de 5 candidatos por vaga enquanto Letras (matutino e noturno) tiveram entre 3 e 6 candidatos por vaga. Comparando os cursos considerados de menor prestígio com o de Arquitetura e Urbanismo constata-se que os de menor prestígio podem ser até 8 vezes menos concorridos no vestibular, se os mesmos são comparados com os cursos de Medicina a disparidade é ainda maior e essa concorrência pode ser até 43 vezes menor.

Sendo o curso de Arquitetura e Urbanismo – foco desta pesquisa – considerado um curso de maior prestígio percebe-se que nas universidades brasileiras existe uma forte presença de discentes brancos e isso reflete-se também na área profissional com a presença majoritária de arquitetos e urbanistas brancos conforme ilustrado na Tabela 1. Os profissionais brancos totalizam 78,14% enquanto pretos e pardos totalizam 18,14%, ou seja, refletem um terço da população negra brasileira proporcional aos dados publicados no PNAD do IBGE (2019).

**TABELA 1. Dados étnico-raciais dos arquitetos e urbanistas do Brasil**  
**Fonte: Extraído de 1º Diagnóstico de gênero na Arquitetura e Urbanismo, 2020**

	<b>Branças</b>	<b>Pardos</b>	<b>Pretos</b>	<b>Indígena</b>	<b>Oriental</b>	<b>Não informam</b>
<b>Arquitetos formados</b>	78,14%	13,81%	4,33%	0,21%	1,75%	1,75%

A maioria da presença branca na área de Arquitetura e Urbanismo no meio discente é vista também nos Institutos Federais do Brasil, que apesar de possuírem políticas de cotas raciais e sociais – de acordo com a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 – apresentam maioria de discentes brancos no curso conforme indicado na Tabela 2. É importante destacar que os cursos de Arquitetura e Urbanismo encontram-se em 10 campus considerando todos os Institutos Federais do território brasileiro.

É possível notar um avanço irrelevante de estudantes pretos de 2018/2017 para 2019/2018 e uma queda para 2020/2019, enquanto de 2018/2017 para 2019/2018 houve um aumento de 5% de brancos que se perpetuou até 2020/2019, no caso dos discentes pardos houve um avanço importante de 7% de 2018/2017 para 2019/2018 e ainda maior – quase 8% – para 2020/2019, totalizando 15% de aumento no número de discentes pardos nos últimos 3 anos. Ainda assim a proporção de brancos é mais da metade (55%) enquanto a dos negros gira em torno de 43% se for considerado o melhor cenário de 2020/2019.

**TABELA 2. Dados étnico-raciais dos discentes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo dos Institutos Federais**  
**Fonte: Extraído da Plataforma Nilo Peçanha, 2020**

<b>Anos</b>	<b>Branca</b>	<b>Parda</b>	<b>Preta</b>	<b>Indígena</b>	<b>Amarela</b>
<b>2018/2017</b>	50,46% (549)	21,78% (237)	7,54% (82)	1,01% (11)	0,64% (7)
<b>2019/2018</b>	55,38% (638)	28,39% (327)	8,33% (96)	0,87% (10)	7,03% (81)
<b>2020/2019</b>	55,40% (734)	36,23% (480)	6,94% (92)	0,83% (11)	0,60% (8)

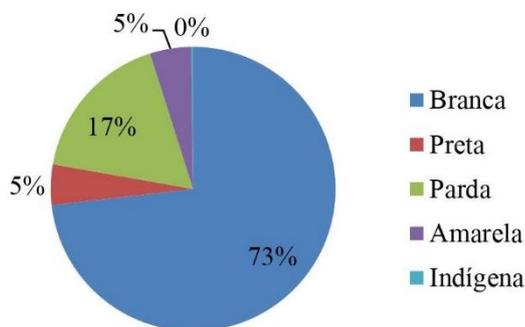
Quando são comparados os dados étnico-raciais dos discentes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e dos cursos considerados de menor prestígio como Pedagogia e Letras nos Institutos Federais do Brasil (Tabela 3) verifica-se que o número de negros na Arquitetura e Urbanismo é de 43,17%, enquanto na Pedagogia o número aumenta em 9,62% totalizando 52,79%, já em Letras o aumento é ainda maior 12,07% em relação a Arquitetura e Urbanismo, totalizando 55,24% de discentes pretos e pardos em 2020.

**TABELA 3. Dados étnico-raciais dos discentes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Pedagogia e Letras dos Institutos Federais**  
**Fonte: Extraído da Plataforma Nilo Peçanha, 2020**

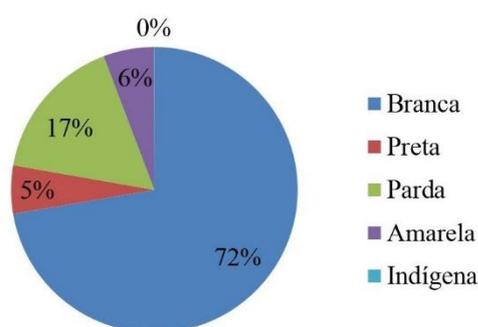
<b>Cursos</b>	<b>Branca</b>	<b>Parda</b>	<b>Preta</b>	<b>Amarela</b>	<b>Indígenas</b>
<b>Arquitetura e Urbanismo</b>	55,40%	36,23%	6,94%	0,60%	0,83%
<b>Pedagogia</b>	45,12%	43,89%	8,90%	1,27%	0,82%
<b>Letras</b>	43,90%	43,52%	11,72%	0,86%	0%

A disparidade étnico-racial entre os discentes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo não ocorre apenas nos Institutos federais, ela é ainda maior em outras instituições. Analisando o perfil dos candidatos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) verifica-se que a maioria dos inscritos era autodeclarada branca em 2020 conforme apresentado no Gráfico 1. Onde 73% dos candidatos se autodeclararam brancos e 22% negros (pretos e pardos), este número se mantém quando é comparado com o número de matriculados no curso – Gráfico 2. Ao que tudo indica esse número se perpetua em função da política de cotas raciais aprovada para a Universidade em 2017, tardiamente, dados informam que em 2015 na FAUUSP nenhum ingressante se autodeclarou preto ou pardo, ou seja, um aumento de 22%

em 5 anos, ainda insuficiente para ser compatível com a proporção de pretos e pardos no país, mas um importante avanço.



**GRÁFICO 1. Dados étnicos raciais dos inscritos para o vestibular da FAUUSP (2020)**  
Fonte: Extraído do Anuário estáticos da USP, 2020



**GRÁFICO 2. Dados étnicos raciais dos matriculados na FAUUSP (2020)**  
Fonte: Extraído do Anuário estáticos da USP, 2020

A partir dos dados apresentados é possível notar que a representatividade negra ainda é pequena nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo apesar das cotas sociais e raciais indo ao encontro do que Queiroz (2004) afirma, os estudantes negros – que em sua maioria são de classes sociais baixas e tem um ensino de qualidade inferior ao dos alunos brancos – possuem uma dificuldade maior de conquistarem o ingresso nos cursos de maior prestígio. Ainda assim nota-se uma grande diferença da quantidade de alunos negros nos cursos dos Institutos Federais e dos da USP, enquanto nos primeiros a representatividade negra gira em torno de 43% em 2020, na USP esse número é praticamente metade – 22%, demonstrando que o quanto antes as políticas de ações afirmativas são implantadas melhor e mais rápido os resultados podem ser identificados.

## CONCLUSÕES

Após análise dos dados coletados e pesquisa bibliográfica foi possível aferir que apesar do aumento no número de ingressantes negros nas universidades públicas resultado da implementação da ações afirmativas no início dos anos 2000, nos cursos considerados de maior prestígio – como o de Arquitetura e Urbanismo, foco desta pesquisa – esse aumento ainda não é proporcional se considerarmos os últimos dados étnico-raciais brasileiros divulgados. Pôde-se verificar que apesar das políticas públicas (cotas de cunho social e racial) existentes nos Institutos Federais do Brasil o número de discentes negros ainda é menor nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, em 2020/2019 era de 43%, três anos antes 29%, enquanto na FAUUSP o número de ingressantes negros chegou a 22% em 2020, cinco anos antes (2015) não havia nenhum ingressante negro. Esse avanço tardio deve-se também a implementação de políticas públicas de cotas raciais na Universidade de São Paulo apenas no ano de 2017.

Cabe destacar que a área de Arquitetura e Urbanismo é elitista e majoritariamente branca (75% dos profissionais), além de não dialogar diretamente com a população ou oferecer serviços para a maioria das pessoas de classes sociais mais baixas o que pode distanciar jovens negros e pobres de se identificarem com o curso, além disso, grande parte dos cursos – se não todos – são em período integral nas universidades públicas, distanciando ainda mais os jovens negros e pobres, sem contar os inúmeros materiais que devem ser adquiridos para o desenvolvimento do trabalho e a carga maçante de trabalhos que devem ser realizados ao longo dos semestres. Esses pontos citados também são importantes para analisar o tipo de cursos que estão sendo oferecidos nas universidades e para quem, mas não fazem parte dos objetivos dessa pesquisa e merecem ser aprofundados em pesquisas posteriores.

A bibliografia confirma a hipótese deste estudo demonstrando que nos cursos de maior prestígio o acesso do negro nas Universidades ainda é baixo apesar da política de cotas raciais e sociais, isso deve-se as questões socioeconômicas e também ao capital cultural, ou seja, muitos negros – em sua maioria de baixa renda – sequer cogitam cursar Arquitetura e Urbanismo, pois não se reconhecem nesta área. A bibliografia

estudada também corroborou a hipótese de que o curso de Arquitetura e Urbanismo é elitista e excludente, já que a área não dialoga com as classes sociais mais baixas.

Por fim, as ações afirmativas mostram-se fundamentais para a construção de universidades menos desiguais, é de extrema importância destacar a necessidade de uma educação antirracista e as ações afirmativas como reparador histórico, mas ainda assim é necessário avançar dentro de cada curso – principalmente os considerados de maior prestígio – tornando-os mais acessíveis e plurais. A partir da investigação dos dados concretos foi possível estabelecer narrativas explicativas, produzindo conteúdo, contribuindo com uma leitura mais completa sobre o quadro étnico-racial do curso de Arquitetura e Urbanismo, gerando reflexões sobre as desigualdades raciais no ambiente acadêmico.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo por disponibilizar a abertura dessa pesquisa em seu espaço acadêmico e de nos contemplar com a bolsa PIBIFSP. A professora orientadora por dar todo o auxílio e orientação. Aos amigos e familiares por darem sempre o apoio necessário.

## REFERÊNCIAS

1º DIAGNÓSTICO DE GÊNERO NA ARQUITETURA E URBANISMO. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/DIAGN%C3%93STICO-%C3%ADntegra.pdf>. Acesso em: 26 de agosto de 2020

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA USP. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/>. Acesso em: 12 de set. de 2020.

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. **Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010**. In Cadernos de Pesquisa v.45 n.158 p.858-881, out./dez. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: As desigualdades frente à cultura**, in NOGUEIRA. Maria Alice; CATANI. Afrânio, Escritos de Educação. Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O capital social – notas provisórias**, in NOGUEIRA. Maria Alice; CATANI. Afrânio, Escritos de Educação. Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Os três estados do capital cultural**, in NOGUEIRA. Maria Alice; CATANI. Afrânio, Escritos de Educação. Petrópolis, Vozes, 1998.

BRASIL. Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio**. Brasília, DF, 29 ago., 2012.

GONÇALVES, Renata; AMBAR, Gabrielle. **A questão racial, a universidade e a (in) consciência negra**. p. 202 à 213, 2015.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Contribuição ao Ensino de Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Acesso de negros às universidades públicas**. In Cadernos de Pesquisa, n. 118, março, 2003.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 de set. de 2020.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **O negro e a Universidade brasileira**, in HAOL, N. 3, Invierno, p. 73-82, 2004.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Robert et al. **Educação e ações afirmativas: Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, (2003).